



ALBINISMO: INVESTIGANDO OBSTÁCULOS E DESAFIOS QUE INFLUENCIAM A INCLUSÃO EFETIVA DAS PESSOAS COM ALBINISMO NA SOCIEDADE

GT 14: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Trabalho completo

Viviane Santos COSTA (Programa de Pós-graduação em Política Social/UFMT)

viviannelauramarialinhares@gmail.com

Irenilda Angela SANTOS (Programa de Pós-graduação em Política Social/UFMT)

Irenilda.santos@ufmt.br

Gislayne Cristina FIGUEIREDO (Programa de Pós-graduação em Política Social/UFMT)

gislaynecf@hotmail.com

Resumo

Este trabalho busca promover uma discussão sobre a inclusão das pessoas albinas na sociedade, investigando os obstáculos e desafios que impactam sua integração. Utilizando uma abordagem de revisão da literatura não sistemática, foram explorados materiais disponíveis na plataforma *Scielo* e Portal da Capes. A revisão da literatura revelou uma variedade de perspectivas e informações relevantes sobre o tema, permitindo uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pela comunidade albina em sua busca por inclusão social, incluindo os colocados pela ausência e/ou deficiência das políticas públicas como saúde e educação.

Palavras-chave: Albinismo. Inclusão. Políticas Públicas.

1 Introdução

Este estudo propõe uma análise sobre a inclusão social das pessoas com albinismo, indo além dos aspectos genéticos e biológicos que caracterizam essa condição. O objetivo central é investigar as barreiras que dificultam a plena integração desses indivíduos na sociedade, destacando a importância de promover visibilidade, respeito e reconhecimento, bem como a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria de suas condições de vida. A reflexão proposta visa ampliar o entendimento sobre as demandas dessa população e sua inserção social.

O albinismo, além de influenciar a identidade dos indivíduos que o possuem, afeta profundamente suas experiências sociais. O estudo busca compreender como essa condição impacta a formação da identidade e as interações sociais dessas pessoas, bem como analisar as dificuldades no acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Ao examinar as repercussões psicossociais do preconceito e do estigma associados ao albinismo, o trabalho visa contribuir para a elaboração de estratégias que promovam a igualdade de oportunidades.

Realização





Analisando o albinismo pela perspectiva das Ciências Humanas, consideramos essa condição genética como uma construção social. Embora o albinismo seja uma característica biológica, ele gera representações simbólicas que moldam as relações entre os indivíduos albinos e a sociedade. Esses símbolos e estigmas afetam questões culturais, políticas e sociais, resultando em exclusão e discriminação. Aragão (2022) destaca o albinismo como um marcador social da diferença, ressaltando as complexidades que envolvem a visibilidade e invisibilidade dessa população.

No Brasil, a falta de dados oficiais sobre a população albina revela uma lacuna no conhecimento sobre o tema, o que restringe o debate e a formulação de políticas públicas. Melo (2018) observa que as informações disponíveis se concentram principalmente nos aspectos médicos, sem uma análise mais profunda das implicações sociais e culturais do albinismo. Além disso, há uma carência de estudos no campo das Ciências Humanas, dificultando uma compreensão mais abrangente das experiências de vida dessas pessoas.

Finalmente, a ausência de dados oficiais impacta diretamente a criação de políticas públicas que poderiam melhorar a qualidade de vida da população albina. A falta de acesso a serviços especializados, como consultas médicas, protetores solares e óculos adequados, inclusão e equidade escolar são exemplos de como essa invisibilidade social prejudica essa comunidade (Aragão, 2021). Como aponta Eder (2003), o Estado tem o papel de unir o povo em uma nação, e é fundamental que o Estado brasileiro adote estratégias inclusivas para promover o pertencimento coletivo e a cidadania plena das pessoas albinas.

2 Objetivos

O objetivo do presente artigo é analisar a inclusão de pessoas albinas na sociedade, destacando os obstáculos que enfrentam, a invisibilidade social que sofrem e as políticas públicas relevantes. A pesquisa busca também explorar a construção social do albinismo, promovendo uma compreensão mais ampla sobre as condições de vida e as necessidades dessa população.

3 Procedimentos metodológicos

Para este estudo, foi adotado uma abordagem de revisão da literatura não sistemática, onde a plataforma *Scielo* e Portal da Capes, foram utilizados como fontes de informações. A revisão da literatura é um processo de síntese de ideias provenientes de diferentes autores sobre um tema específico, obtidas através de amplas leituras e investigações realizadas pelo



pesquisador (Brizola; Fantin, 2016). Esse método nos permitiu acessar uma variedade de materiais, como artigos acadêmicos e outros documentos relevantes, para explorar questões relacionadas à inclusão social das pessoas albinas. A escolha por essa abordagem foi motivada pela necessidade de compreender melhor os desafios enfrentados por esses indivíduos, sem recorrer a um protocolo estritamente definido de busca de informações.

3. 1 O albinismo para além da visão médica

De acordo com Aragão (2022), o albinismo, derivado do latim *Albus* (branco), é uma condição genética recessiva caracterizada pela deficiência ou ausência de melanina, um pigmento essencial produzido pelos melanócitos. As mutações genéticas que afetam a produção de melanina resultam em pele, cabelos e olhos de tonalidades mais claras, além disso, a falta ou a deficiência de melanina na pele os torna mais vulneráveis aos danos causados pela exposição à luz solar, aumentando o risco de queimaduras, danos à pele e até mesmo o desenvolvimento de câncer de pele. Essa condição, ainda que latente em algumas gerações, é herdada e se manifesta devido a mutações específicas que alteram o processo de pigmentação.

Além dos cuidados com a pele, o albinismo também impacta a visão, uma vez que a deficiência de melanina nos olhos prejudica a acuidade visual, resultando em baixa visão para a maioria dos indivíduos afetados. Essa limitação visual interfere em diversas esferas da vida, exigindo adaptações e estratégias para garantir uma maior inclusão social, como apontado por Melo (2018). Assim, compreender e abordar as implicações do albinismo vai além dos aspectos físicos, abrangendo também a necessidade de medidas de proteção e inclusão que assegurem a qualidade de vida e o bem-estar dessas pessoas.

Nesse sentido, analisar o albinismo sob a perspectiva das Ciências Humanas implica em entender a condição não apenas como uma questão genética, mas também como uma construção social. Os indivíduos albinos carregam em seus corpos uma característica genética, porém esta condição torna-se sujeita a interpretações simbólicas e representacionais - portanto, culturais e sociais - que influenciam suas interações sociais, tanto entre eles mesmos quanto com o restante da sociedade.

É comum percebê-los sendo estigmatizados como doentes ou socialmente incapacitados, como mencionado por Adam e Herzlich (2001, p. 124) ao afirmarem que "a doença pode ser estigmatizante ou incapacitadora". Sob essa ótica, algumas doenças e deficiências acabam desqualificando as pessoas e as sujeitando ao estigma social (Adam; Herzlich, 2001; Goffman, 1975).



Os debates acerca da saúde e doença na esfera da sociologia do corpo e da saúde, conforme evidenciados por estudiosos como Canguilhem (2009), Foucault (2001) e Le Breton (2003), têm ressaltado a necessidade de conceber a condição genética não somente como uma entidade biológica, mas também como uma construção social. Autores como Castellanos e Nunes (2005) enfatizam que a sociologia tem desempenhado um papel crucial na compreensão dos processos de racionalização e disciplinarização da vida na sociedade moderna, incluindo a forma como a condição genética é percebida, tratada e integrada às estruturas sociais.

A construção social acerca da população albina é influenciada por preconceitos, estereótipos e normativas sociais que contribuem para sua invisibilidade e estigmatização. Essas dinâmicas afetam particularmente o ambiente escolar, que, apesar de ser um espaço central para o desenvolvimento e socialização das crianças, muitas vezes reproduz a marginalização vivida por albinos na sociedade em geral. A falta de políticas públicas efetivas, somada à ausência de cuidados adequados por parte do Estado, da sociedade e da família, agrava essa exclusão, perpetuando o estigma e a invisibilidade da população com albinismo.

Nesse contexto, o Estado desempenha um papel crucial na mediação das demandas sociais e na garantia dos direitos de todos os grupos, inclusive daqueles marginalizados. Conforme destacado por Potyara (2009), o Estado não é uma entidade separada, mas um reflexo das dinâmicas sociais, responsável por promover políticas públicas que enfrentem as desigualdades e promovam a equidade. Assim, cabe ao Estado a implementação de ações inclusivas voltadas à população albina, visando assegurar sua integração social e a superação dos preconceitos estruturais que os afetam.

3.2 Pessoas albinas: visíveis e invisibilizados

De acordo com Melo (2018), os albinos no Brasil enfrentam uma condição de invisibilidade, o que significa que são socialmente negligenciados devido as diferenças, exclusão, estigma e preconceito, vivendo à margem da sociedade. Oficialmente, não há dados estatísticos disponíveis sobre essa população. Estima-se que haja cerca de 21 mil pessoas albinas no país, mas a falta de informações precisas dificulta a identificação e o apoio a esses indivíduos.

Tonet (2024) ressalta a essência da emancipação política no contexto das políticas sociais e da ampliação dos direitos democráticos. Essa reflexão ecoa na luta pelos direitos das pessoas com albinismo, especialmente no que se refere à coleta de dados específicos sobre essa população no Brasil. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem investido

recursos para iniciar esse levantamento, alinhado às diretrizes da Nota Técnica Nº 38/2020 do Ministério da Saúde também faz referência ao albinismo como parte desse esforço. Figueiredo (2021) destaca a importância desse trabalho de coleta de dados para garantir que as políticas públicas possam abordar adequadamente as necessidades específicas das pessoas albinas, promovendo assim a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

Segundo Figueiredo (2021), frequentemente, as pessoas com albinismo enfrentam estigmatização e exclusão social devido à sua aparência. Esse ponto é reforçado por outros autores, que destacam a tendência de discriminação e marginalização que esses indivíduos sofrem com base em sua condição física.

É relevante ressaltar que, apesar das manifestações de preconceito enfrentadas pelo segmento, o albinismo, enquanto condição hereditária, transcende fronteiras étnicas, raciais, orientações sexuais e estratos sociais, sendo observado em todas as raças e nações globalmente. (Aragão, 2022).

4 A integração social como instrumento de vida e cidadania

A internet tem desempenhado um papel central no combate ao preconceito e estereótipos, ampliando o acesso à informação para além do espaço físico desde o início do século. Segundo Moreira (2021), no contexto do albinismo, essa disseminação vai além dos aspectos biológicos, com informações sendo amplamente compartilhadas em blogs, redes sociais, canais do YouTube e outras plataformas. Esse processo contribui para democratizar o conhecimento, especialmente para grupos historicamente marginalizados.

Bíscaro (2012, 2021), uma das principais vozes no Brasil sobre albinismo, destaca-se por sua atuação na disseminação de informações e promoção da visibilidade dessa condição genética, especialmente através de plataformas digitais. Ele enfatiza a importância da primeira comunidade albina no Orkut, além do desenvolvimento de iniciativas no Facebook e Instagram. Seu blog, Albino Incoerente, ativo desde o início do século XXI, oferece uma rica gama de conteúdos sobre albinismo, abordando aspectos informativos e artísticos. Bíscaro também ressalta o papel relevante da APALBA, na Bahia, como uma referência na luta por direitos e políticas públicas para pessoas com albinismo.

É fundamental capacitar pessoas com albinismo a liderarem discussões sobre suas próprias vivências, evitando a dependência de produções de conhecimento externas. O princípio "nada sobre nós, sem nós", originalmente do movimento das pessoas com deficiência, também

foi adotado por muitos albinos, guiando suas ações na defesa de políticas públicas e na disseminação de informações pela internet.

Os movimentos sociais, conforme definidos por Gohn (2003, p. 13), são ações coletivas de natureza sociopolítica e cultural que permitem à população organizar-se e expressar suas demandas de diversas formas. Durante a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, observou-se uma intensificação da comunicação virtual em geral. Essa tendência contribuiu para a ampliação da disseminação de informações sobre o albinismo através da internet, com o surgimento de mais páginas dedicadas ao tema no Instagram e no YouTube. Além disso, houve uma revitalização do Coletivo Nacional das Pessoas com Albinismo, que tem se articulado por meio de grupos em aplicativos de mensagens e reuniões virtuais, com o objetivo de desenvolver estratégias para disseminar informações, defender direitos e promover a visibilidade albina, abrangendo diversas áreas como saúde, educação, políticas públicas e inclusão social.

Recentes estudos indicam que a internet e as mídias digitais permitem uma nova compreensão e sentido para a participação, democracia, ativismo e identidades coletivas (Luvizotto, 2022, p. 5). Dada sua estrutura que favorece a conexão e colaboração entre os diversos atores sociais, a internet é considerada um dos meios de comunicação mais democráticos, permitindo amplo acesso, criação e uso da informação.

Assim, a disseminação de informações desempenha um papel crucial, inclusive na formação da autoimagem das pessoas com albinismo, ao mesmo tempo em que é fundamental para que outros indivíduos compreendam e aceitem de maneira mais natural uma realidade que frequentemente é distorcida por visões preconceituosas e concepções. Moreira (2013) destaca relatos de pessoas com albinismo em redes sociais que recebem elogios por sua beleza, porém, ao mesmo tempo, são questionadas se realmente parecem albinas. Isso suscita reflexões sobre os padrões estéticos que excluem pessoas com albinismo do conceito tradicional de beleza e como esses padrões afetam a construção da autoimagem. Romper com essas normas pode promover uma relação mais positiva com suas características físicas.

Atualmente, é frequente encontrar nas redes sociais pessoas com albinismo compartilhando sua beleza e destacando a diversidade de aparências dentro dessa condição genética. Além disso, é comum observar modelos albinos, tanto homens quanto mulheres, participando de campanhas publicitárias e sessões fotográficas. A reflexão sobre os padrões estéticos, juntamente com o acesso e compartilhamento de informações, está fortalecendo a relação das pessoas com albinismo com sua própria imagem e conhecimento intelectual. Isso também está contribuindo para que outras pessoas possam ter uma visão menos estereotipada e preconceituosa sobre o albinismo.



4.1 Albinismo e educação

O tema do albinismo enfrenta limitações tanto no campo científico quanto educacional, visto que há poucos estudos, especialmente voltados para seres humanos. Embora existam pesquisas realizadas em animais e, mais recentemente, em vegetais, o debate sobre a ampliação desse tópico nas escolas permanece limitado. Sua inserção no currículo escolar é ainda bastante discreta, sobretudo nas disciplinas de Ciências e Biologia. Embora o albinismo seja tratado pela genética, ele é frequentemente abordado apenas como a expressão de um "gene recessivo", sem considerar aspectos sociais e culturais (Monteiro, 2016).

O ensino de Ciências é essencial para a compreensão do albinismo, pois a escola serve como um espaço de encontro entre diversas culturas e etnias. Nesse ambiente, o professor tem a oportunidade de abordar de forma científica conceitos relacionados ao albinismo, desmistificando crenças errôneas que o associam a condições contagiosas, o que permite uma abordagem educacional que forma estudantes críticos e engajados, capacitando-os a discutir de maneira informada temas sociocientíficos (Levinson, 2010).

Segundo Figueiredo e Botelho (2020), nas escolas é frequente que crianças albinas enfrentem bullying devido à sua aparência física distinta. Essa diferença pode gerar estigmas, resultando em uma percepção social negativa. A pele clara ou rosada e os cabelos descoloridos podem levar ao isolamento social por parte dos colegas. A falta de informação e de esclarecimento científico sobre o albinismo contribui para a reprodução de equívocos, alimentando comportamentos de preconceito e discriminação.

Lynch (2013) discutem a Educação Inclusiva voltada para crianças albinas na África, com foco em estratégias que garantam um ensino de qualidade. Os autores analisam a situação das crianças albinas em Malauí, abordando seus aspectos psicológicos e os desafios enfrentados na educação, além de considerar as questões culturais que influenciam esse processo, e assinalando a importância das Organizações Não Governamentais e dos ativistas na luta contra a discriminação associada a essa condição.

Como aponta Figueiredo e Botelho (2020), embora a necessidade de cuidados especiais para pessoas albinas, especialmente devido ao elevado risco de câncer de pele, seja amplamente reconhecida, o tema ainda é pouco abordado no contexto educacional.

Nesse contexto, a escola, como um espaço coletivo e inclusivo, assume um papel fundamental na ampliação do acesso à informação e na criação de redes de apoio. A partir dessa premissa, torna-se imperativo desenvolver ações voltadas para a conscientização sobre o



albinismo nas instituições educacionais. Isso implica em abordar aspectos teóricos e conceituais relacionados à condição, promover experiências integradoras com outras disciplinas e refletir sobre as interconexões entre o albinismo e os conteúdos de Ciências da Natureza. Além disso, é essencial propor estratégias pedagógicas que fomentem a inclusão e o respeito à diversidade, contribuindo para uma formação mais abrangente e sensível às particularidades de todos os estudantes.

8 Considerações finais

A análise da inclusão das pessoas albinas na sociedade revela um cenário complexo, marcado por desafios que vão além das características biológicas associadas a essa condição. Este trabalho evidenciou que a invisibilidade social e a falta de dados oficiais sobre a população albina no Brasil dificultam a formulação de políticas públicas adequadas, perpetuando a marginalização e o estigma que esses indivíduos enfrentam. As barreiras impostas pelo preconceito e pela desinformação, que resultam em discriminação e exclusão, são questões que precisam ser abordadas com urgência.

É fundamental que a sociedade reconheça a importância da inclusão e da equidade para a população albina, promovendo ações que garantam acesso a serviços de saúde, educação e oportunidades de participação social. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, ao servir como um espaço para desmistificar crenças errôneas sobre o albinismo e promover o respeito à diversidade. A implementação de estratégias pedagógicas que contemplem a condição albina nas disciplinas escolares é necessária para sensibilizar alunos e educadores, criando um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Além disso, o uso das tecnologias digitais e das redes sociais emergiu como uma ferramenta poderosa para promover a visibilidade do albinismo e combater estigmas. A disseminação de informações e experiências de vida por meio dessas plataformas contribui para uma construção mais positiva da autoimagem das pessoas albinas, permitindo que se apresentem ao mundo de acordo com suas próprias vivências.

Por fim, é imprescindível que os órgãos governamentais e as instituições de pesquisa se mobilizem para coletar dados específicos sobre a população albina e formular políticas públicas que atendam às suas necessidades. A luta pela inclusão social das pessoas albinas deve ser uma prioridade, a fim de garantir que todos tenham acesso a uma vida digna, com respeito, reconhecimento e oportunidades iguais. A emancipação política, como destacada na literatura, é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a diversidade seja valorizada e respeitada em todas as suas formas.



Referências

ARAGÃO, Adailton. Albinidade e albinidade: apresentação do dossiê. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Dossiê albinismo em perspectivas interdisciplinares: rompendo silêncios e alcançando potências. João Pessoa, Paraíba, Coordenação do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, v. 2, n. 27, p. 9-28, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/61531/34682>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ARAGÃO, Adailton. **Pessoas Albinas, Pessoas Guerreiras**: nas fendas da (in)visibilidade. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. **Sociologia da doença e da Medicina**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BÍSCARO, R. R. **Escolhi ser albino**. São Carlos: Ed. EduFSCar, 2012a.

BÍSCARO, R. R. Albinos do meu Brasil: a luta para não passar em branco. **Revista de História Oral – Oralidades**. São Paulo, n. 11, p. 183-196, 2021b. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%2011.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Nota técnica nº 38/2020-COGE/CGGAP/DESF/SAPS/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020b. Disponível em: https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2021/03/anexo_CI_48_21.pdf. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. – 6a. Ed.- Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009.

CASTELLANOS, Marcelo; NUNES, Everardo. **A Sociologia da Saúde: Análise de um Manual**. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 15(2):353-371, 2005.

EDER, Klaus. Identidade coletivas e mobilização de identidades. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 5-18 out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcoc/a/kWBN5bkskYVVyftzB7rkhsb/?lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2024.

FIGUEIREDO, Francisco; BOTELHO, Thalita. O albinismo e suas conexões com o ensino de ciências naturais: um relato na EJA. **Revista Educação Pública**, doi: 10-18264/REP

FIGUEIREDO. Laudisseia. O direito e a inclusão de pessoas albinas com deficiência visual no mercado de trabalho: limites e possibilidades. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. João Pessoa, v. 2, n. 27, p. 29-45, jul. dez. 2021

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia B. de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.



SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM FOCO: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petropolis: Vozes, 2003.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, 2003.

LEVINSON, R. **Science education and democratic participation**: an uneasy congruence? *Studies in Science Education*, London, v. 46, nº 1, p. 69-119, 2010.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; **Comunicação Digital e Cidadania: A Atuação de Movimentos Sociais e Contramovimentos Durante a Pandemia de Covid-19**. **Revista Comunicação Midiática**, V.17, n 1, p. 61-72, jan-jun. 2022.

LYNCH, P. Education of children and young people with albinism in Malawi. **Secretariat Ministry of Education**, Science and Technology, Malawi. Sightsavers, 2011. Disponível em: <https://www.firah.org/upload/notices3/2012/educationalbinism.pdf>. Acesso em 20 set. 2024.

MELO, J. A. **Pessoas albinas**: nos interstícios da (in)visibilidade e estigma. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MONTEIRO, T. B. **A estética da criança albina na sociedade**: a arte como produção de sentido desse sujeito. Simpósio Luso-Brasileiro de Estudos da Criança, Porto, 2016.

MOREIRA, Shirlei Cristina et al. Associação entre a suscetibilidade à exposição solar e a ocorrência de câncer de pele em albinos. **Rev. Ciênc. Méd. Biol.**, Salvador, v.12, n.1, p.70-74, jan./abr. 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/cmbio.v12i1.6717>

MOREIRA, Tatiana Oliveira; **Albinismo e produção de subjetividade: uma análise dos diversos aspectos que compõem o tema**. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. João Pessoa, v. 2, n. 27, p. 89-105, jul./dez. 2021

POTYARA A. P. Pereira. **Política Social**: temas e questões – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação? **SER Social**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 279–295, 2016. DOI: 10.26512/ser_social.v17i37.13432. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13432. Acesso em: 17 mar. 2024

Realização

